



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

428

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	14/08/2000
C	<i>Stelutino</i> Rubrica

Processo : 10925.004213/96-76

Acórdão : 203-05.266

Sessão : 03 de março de 1999

Recurso : 104.932

Recorrente: COMERCIAL ELETRON LUX LTDA.

Recorrida : DRJ em Florianópolis - SC

ITR – RESERVA LEGAL - É indispensável a comprovação da averbação da área de reserva legal no Registro de Imóveis exigida pelo § 2º artigo 16 da Lei nº 4.771/62, com a nova redação dada pela Lei nº 7.803/89. **LAUDO TÉCNICO** – O laudo técnico elaborado por profissional habilitado constitui prova hábil para ensejar a retificação de dados cadastrais. **Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por COMERCIAL ELETRON LUX LTDA.

ACORDAM os membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1999.

Otacílio Dantas Cartaxo
Presidente e Relator.

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Francisco Maurício R. De Albuquerque Silva, Renato Scalco Isquierdo, Mauro Wasilewski, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Lina Maria Vieira e Sebastião Borges Taquary.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

429

Processo: 10925.004213/96-76

Acórdão: 203-05.266

Recurso : 104.932

Recorrente: COMERCIAL ELETRON LUX LTDA.

RELATÓRIO

COMERCIAL ELETRON LUX LTDA., nos autos qualificada, foi notificada do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, das Contribuições Sindicais do Empregador e do Trabalhador e da Contribuição ao SENAR, relativos ao exercício 1995, do imóvel rural denominado "Fazenda dos Macacos", de sua propriedade, localizado no Município de Santa Cecília - SC, cadastrado na Secretaria da Receita Federal sob n.º 0890557.6.

A contribuinte impugnou o lançamento (doc. fls. 01), contestando, de forma bastante sintetizada, o alto valor do imposto cobrado e o baixo grau de utilização da propriedade considerado no feito.

Anexou aos autos laudo técnico de descrição do imóvel (doc. fls. 08/11), devidamente registrado no CREA (doc. fls. 13), laudo técnico para levantamento da quantidade do rebanho (doc. fls. 12), notas fiscais de compra de vacinas (doc. fls. 14/16) e contrato de comodato (doc. fls. 04/07).

A autoridade julgadora de primeira instância negou provimento à pretensão do sujeito passivo em decisão assim ementada (doc. fls. 24/28):

"IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)"

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

Ano-base: 1995

Base de Cálculo do ITR. É o valor da Terra Nua (VTN) não inferior ao Valor da Terra Nua mínimo (VTNm), estabelecido na legislação tributária.

Retificação de dados cadastrais. Quando vise a reduzir ou excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

LANÇAMENTO PROCEDENTE."



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

430

Processo: 10925.004213/96-76

Acórdão: 203-05.266

O julgador monocrático entendeu que a interessada fizera um pedido de retificação e modificação dos dados cadastrais do imóvel, que por força do disposto no § 1º do artigo 147 do CTN, deveria ser realizado antes de notificado o lançamento.

Considerou, ainda, que os documentos apresentados pela impugnante referem-se a datas do ano de 1995 e 1996, enquanto que o ITR/95 reporta-se à situação encontrada em 31/12/94.

Inconformada com a decisão singular, a contribuinte, tempestivamente, interpôs recurso voluntário (doc. fls. 32/33), dirigido a este Segundo Conselho de Contribuintes, argumentando que:

- muito embora determinada na Lei nº 8.847/94, para o exercício de 1995 não houvesse entrega da DITR, ficando a interessada impedida de atualizar os dados cadastrais do imóvel em tempo hábil;

- por isso, aguardou o lançamento do ITR/95 para providenciar sua impugnação, com base na real situação de utilização da propriedade; e

- a autoridade recorrida recebeu a impugnação como um pedido de retificação intempestivo, todavia, examinou os argumentos e documentos acostados aos autos.

É o relatório.



Processo: 10925.004213/96-76
Acórdão: 203-05.266

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

O recurso é tempestivo e dele tomo conhecimento.

Conforme relatado, a contribuinte insurgiu-se contra os dados utilizados para o cálculo do grau de utilização do imóvel adotados para se efetuar o lançamento do ITR/95.

Para fundamentar seu pleito, apresentou a seguinte documentação: laudo técnico de descrição do imóvel (doc. fls. 08/11), emitido por profissional habilitado devidamente registrado no CREA (doc. fls. 13), laudo técnico para levantamento da quantidade do rebanho (doc. fls. 12), expedido por médico veterinário, e as notas fiscais de compra de vacinas (doc. fls. 14/16).

O julgador singular ponderou que o pleito da recorrente poderia ser recebido como mero pedido de retificação de dados constantes na DITR. Todavia, analisou os argumentos e apreciou os documentos anexados aos autos, fato, não ferindo, portanto, o princípio da ampla defesa. Outrossim, considerou inaptos para o fim colimado as provas acima referidas por reportarem-se a datas posteriores a 31/12/94.

Tem sido reiteradamente afirmado neste Colegiado que recursos como o que ora se analisa, advêm de impugnação de lançamento, nos termos do Decreto nº 70.235/72, e não do pedido intempestivo de retificação de dados cadastrais, caracterizado no § 1º do artigo 147 do CTN (Lei nº 5172/66).

Dessa forma, as informações utilizadas para a efetivação do feito são passíveis de modificação, desde que comprovadas suas incorreções.

Verifica-se que os laudos apresentados foram elaborados para efeito de retificação de dados cadastrais e não para revisar o Valor da Terra Nua mínimo (VTNm) tributado, por conseguinte, entendo que não estão subordinados ao rigor das exigências estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

No caso *sub judice* os mencionados laudos destinam-se a dimencionar a área de preservação permanente e a quantificar o número de animais, sem necessidade de lhes imputar valor. Portanto, em tese, podem ser aceitos.

A apuração da área de preservação permanente, em hipótese, pode ser realizada a qualquer tempo, em razão de ser constituída por áreas inexploráveis, por força de lei, como restingas, banhados por áreas ocupadas por matas ciliares e demais áreas que compõem um ecossistema. Portanto, pode ser acatado laudo técnico, de fls. 08/11, que descreve o imóvel. Entretanto, a recorrente não anexou aos autos a certidão de registro de imóveis contendo a averbação da área preservada, fato que impede a aceitação do pedido de retificação deste item da forma pleiteada.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

431/A

Processo: 10925.004213/96-76
Acórdão: 203-05.266

Em relação à quantidade de gado existente, o laudo apresentado às fls. 10, firmado por profissional habilitado é suficiente para ensejar a retificação dos dados apresentados, levando-se em conta a pequena diferença registrada, sendo sua datação de relevância relativa, tomando-se em conta a intenção da recorrente no contesto de suas razões de defesa, e ainda, por não pairar dúvidas sobre sua condição de pecuarista.

Diante do exposto, voto no sentido de dar provimento ao recurso, para que seja retificada a informação cadastral relativa ao rebanho bovino, de conformidade com o laudo de fls. 10.

Sala das Sessões, em 03 de março 1999.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "OTACÍLIO DANTAS CARTAXO".